

Corregedoria prosseguirá as investigações

Uma comissão de sindicância a ser criada pela Mesa da Câmara dos Deputados vai continuar investigando as denúncias contra os deputados, entre eles José Carlos Vasconcelos, José Carlos Aleluia e José Luiz Maia, apontados como muito implicados mas conseguiram evitar sua cassação. A comissão será presidida pelo corregedor da Câmara, deputado Fernando Lyra (PSB-PE), e formada por representantes indicados pela Mesa, mas com poderes bem menores do que os da CPI.

A Mesa da Câmara se reúne na próxima terça-feira para aprovar formalmente a criação da Comissão de Sindicância. "O corregedor não vai da conta de tantos processos", disse o presidente Inocêncio Oliveira. Cerca de 17 processos pendentes na CPI continuarão a ser examinados. A corregedoria não tem prazo para o exame, e suas conclusões vão diretamente para a Mesa da Câmara, que envia à Comissão de Justiça para decidir se abre ou não o processo de cassação. Muitos casos de parlamentares envolvidos com problemas de sonegação foram poupadados por falta de provas. "Nesse caso, enviarei à Receita Federal", acrescentou o corregedor.

A Comissão terá acesso a toda a documentação guardada no Prodases, mas não tem poderes de quebrar o sigilo bancário e telefônico dos acusados. Só pode fazer uso dos documentos que a CPI já tem, ou examinar as provas apresentadas de última hora. "Isso cheira a pizza", disse o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP), ao tomar conhecimento da

decisão. "Se a CPI não conseguiu investigar como uma comissão com menos poderes vai conseguir concluir pela culpa ou não desses acusados?", questionava angustiado o líder do PDT, Luiz Salomão (RJ). No senado, a procuradoria vai examinar as pendências contra Dario Pereira.

O corregedor Fernando Lyra anunciou que não será complacente com qualquer manobra protelatória para ajudar os colegas incriminados. O deputado anunciou que examinará "caso a caso", e se a documentação incriminar o parlamentar "enviará o caso imediatamente ao Ministério Público".

Artifício — Mas a explicação do relator Roberto Magalhães tem outro sentido. Ao enviar os casos para a Mesa da Câmara, ele pretendia permitir a ampliação do direito de defesa e ao mesmo tempo viabilizar a aprovação do relatório final. Empurrar os processos pendentes de provas ao exame da Corregedoria da Câmara foi o artifício utilizado pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE) para concluir seu trabalho em meio a tensões e ameaças, revelou um assessor. Foram beneficiados os parlamentares que encaminharam às subcomissões da CPI novos pedidos de diligências ou apresentaram documento de última hora. Todos conseguiram mais tempo para o exame do seu respectivo caso.

A manobra, no entanto, também contemplou deputados do PFL, amigos do relator Roberto Magalhães, e do coordenador da Subcomissão de Bancos, Benito Gama. Entre os favorecidos com

mais prazo estão Paes Landim (PFL-PI), José Carlos Aleluia (PFL-BA), e Pedro Irujo (PFL-BA). Apesar das denúncias contundentes por parte de outras subcomissões, eles escaparam na reta final. Saíram da lista de cassação de última hora, devido a esse acordo, oito parlamentares: Além de Landim, Aleluia, e Irujo, José Luiz Maia, Uldurico Pinto. "O nome de Uldurico chegou a ser usado como moeda de troca", disse o deputado Nilmário Miranda (PT-MG). No entanto, o caso de Uldurico está entre os que se enquadraria na necessidade de perícia. O deputado entrou em greve de fome desde quinta-feira em protesto contra sua citação.

A maior preocupação da Corregedoria da Câmara é o fato de o órgão ter menos poderes que a própria CPI para prosseguir nas investigações. A corregedoria não tem poderes para solicitar diligências nem para convocar testemunhas. "Nossos poderes são muito limitados", explicou o deputado Fernando Lyra, lembrando que nem por isso deixará de ser imparcial. No caso da sindicância contra os deputados do PSD, duraram apenas 15 dias as investigações. A corregedoria ainda tem sob seu exame mais dez processos pendentes contra deputados.

O caso do deputado Uldurico Pinto (PSB-BA) será o primeiro a ser examinado pela corregedoria, informou Lyra. Também o deputado Pinheiro Landim, que depende de perícia, será atendido. "Existem casos, no entanto, que já deveriam ter sido enviados ao Ministério Público", comentou.